



A CONSTRUÇÃO DA VERDADE DOS FATOS NO JORNAL: O PARADIGMA DA PRODUÇÃO DA NOTÍCIA EM DESTAQUE¹

Erotilde Honório Silva²-Universidade de Fortaleza

Juliano Cordeiro da Costa Oliveira³- Universidade de Fortaleza

Resumo

Este trabalho analisa a cobertura noticiosa que retrata um confronto envolvendo um grupo de Sem-Teto e a polícia militar, na desocupação de uma área no Parque Oeste Industrial, em Goiânia realizada pelos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, que se constituem nos dois periódicos de maior circulação de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Este material jornalístico apresenta em seu conteúdo um *locus* privilegiado para pensar os critérios de noticiabilidade presentes nos dois jornais que se posicionam, em vários sentidos, no interior de conceitos como os de objetividade, neutralidade e imparcialidade. O ponto de partida é o chamado “paradigma da produção da notícia” numa tentativa de análise dos fatores intra-jornalísticos que condicionam os critérios de noticiabilidade “requisitados” pelo campo jornalístico.

Palavras-chave: noticiabilidade; objetividade; neutralidade; imparcialidade.

1.1 Apresentando o caso ao leitor...

O objeto de análise deste trabalho são as notícias veiculadas nos jornais *O Povo*, nos dias 17, 18, 19 e 21 de fevereiro de 2005; e *Diário do Nordeste*, em 17 do mesmo mês e ano. Tal cobertura noticiosa retrata um confronto envolvendo um grupo de Sem-Teto e a polícia militar, na desocupação de uma área no Parque Oeste Industrial, em Goiânia. O objeto de estudo neste material jornalístico apresenta em seu conteúdo um *locus* privilegiado para pensar os conceitos de neutralidade, objetividade e imparcialidade que, apesar de amplamente contestados pela literatura especializada, ainda orientam a práxis jornalística.

O ponto de partida é o chamado “paradigma da produção da notícia” (Albuquerque, 1998) na tentativa de procurar dar conta dessa cobertura noticiosa sem reduzi-la a fatores extra-jornalísticos ainda que estes entrem, quando solicitados, na análise destes noticiosos. Nessa perspectiva, a análise está concentrada nas questões relativas às concepções profissionais que circunscrevem os critérios de noticiabilidade

¹. Trabalho apresentado no NP Jornalismo no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

². Graduada em Comunicação Social, mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora titular do Curso de Comunicação Social da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e coordenadora do Curso de Jornalismo desta Instituição.

³ Graduado em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).



usados para a produção das notícias acima referidas que se inscrevem em circunstâncias historicamente dadas expostas no decorrer do trabalho.

O primeiro critério de noticiabilidade que faz do *Caso Sem-Teto* um acontecimento noticiável é a categoria de conflito que o evento traz intrinsecamente por sua própria natureza: as invasões/ocupações não fazem parte do jornalismo de rotina das redações, entrando na categoria dos eventos de exceção. Os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* publicaram já no dia 17 de fevereiro, mediante notícias enviadas por agências, o relato jornalístico referente ao caso, que ocorreu no dia 16 de fevereiro, mostrando ambos o caráter de novidade que a lógica da produção de notícias exige.

A notícia apresentada no *Diário do Nordeste* em 17 de fevereiro traz o seguinte título: “*Confronto entre sem-teto e PM mata dois em Goiás*”. Todo o restante do relato diz respeito principalmente ao aspecto enfatizado já no título da notícia: a morte de dois Sem-Teto. É mostrado, além disso, detalhes acerca do próprio conflito, como o fato de ter havido muita correria no confronto, de pessoas aflitas em busca de abrigos, de terem sido queimados pneus para impedir a entrada de policiais no local, de estudantes e trabalhadores terem sido aconselhados a desviar o caminho próximo ao conflito, entre outros. Como descrito pela notícia:

Nem os jornalistas puderam ficar perto da área. As quase três mil famílias de posseiros e a polícia se enfrentaram na noite de anteontem e madrugada de ontem. Os moradores fizeram vigília durante todo o tempo. A cada 10 minutos a polícia fazia uma ronda pelo local. Por volta de 1h30min, carros sem identificação da polícia dispararam tiros e foguetes contra a área invadida” (*Diário do Nordeste*, 17 de fevereiro de 2005).

Nesta notícia, não há nenhuma discussão sobre a problemática da moradia na região ou no País, bem como perspectivas diferentes sobre o confronto senão a que está orientada no próprio título. Exclui-se, desta maneira, diversos outros aspectos a que o leitor poderia ter acesso. O relato em questão segue a conhecida lógica da pirâmide invertida, ao eleger um aspecto principal do acontecimento (a morte de dois Sem-Teto), em detrimento de outros que poderiam ser considerados mais relevantes como os problemas sociais que geram as invasões/ocupações.

No *O Povo*, na edição também do dia 17 de fevereiro, assim como no *Diário do Nordeste*, o conflito é apresentado apenas a partir da morte de dois Sem-Teto. O título da notícia no *O Povo*, “*Dois mortos e 55 feridos em desocupação*”, orienta de antemão que sentido o relato jornalístico seguirá: “Duas pessoas morreram e pelo menos



55 ficaram feridas, quatro em estado gravíssimo, na desocupação de uma área de 1,3 milhão de metros quadrados, no Parque Oeste Industrial, em Goiânia” (O Povo, 17 de fevereiro de 2005). Posteriormente, são mostradas informações que completam o *lead* da notícia, como o fato da Polícia Militar ter precisado de três horas para tirar do terreno as famílias de Sem-Teto e do secretário especial de Direitos Humanos ter ido para Goiânia tentar solucionar a questão.

No dia 18 de fevereiro, em notícia veiculada pelo *O Povo*, o relato enfatiza o aspecto de um policial ter disparado tiros no enterro dos Sem-Teto mortos no conflito, tal qual orienta o título da notícia: “*Policial dispara tiros no enterro de Sem-Teto*”. Esta notícia centra-se tão somente neste viés, como destaca o jornal:

Um policial civil sem o colete de identificação disparou ontem tiros para o alto durante o velório dos sem-teto e a Polícia, em Goiânia. Os policiais estavam no local para tentar prender um dos líderes da invasão do Parque Oeste Industrial. O clima no velório era de revolta. (...) Um grupo de policiais à paisana deslocou-se ao local e um deles, reconhecido, foi agredido por um grupo de invasores. Um outro policial sacou a pistola e deu cinco tiros para o alto” (O Povo, 18 de fevereiro de 2005).

No dia seguinte (19 de fevereiro), *O Povo* apenas publicou uma pequena nota sobre o caso:

Despejo de sem-teto é condenado – Em nota conjunta, o ministro das Cidades, Olívio Dutra, e o secretário Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, criticaram a operação policial de despejo de sem-teto no Parque Oeste Industrial, em Goiânia (O Povo, 19 de fevereiro de 2005).

No dia 21, é divulgada uma outra notícia sobre o caso, agora destacando a proposta de desapropriação da área pelo prefeito, como menciona a notícia:

(...) o prefeito de Goiânia, Íris Rezende (PMDB), disse que irá desapropriar a área para assentar os sem-teto caso os proprietários não aceitem negociá-la. (...) Hoje, o prefeito tem uma reunião agendada com representantes dos proprietários da área. A presença do governador não foi confirmada (O Povo, 21 de fevereiro de 2005).

O jornal *O Povo*, apesar de publicar mais notícias sobre o evento em relação ao *Diário do Nordeste*, que só noticiou o acontecimento em 17 de fevereiro, também se restringiu à lógica de apreensão e divulgação do fato isolado, que os meios de comunicação de massa em grande parte comumente utilizam. Por conseguinte, a forma como a notícia é mostrada aos leitores é similar em ambos os periódicos que partem da

perspectiva da morte de dois Sem-Teto como evento principal para relatar o conflito, destacando a tragédia da morte, viés usual da práxis jornalística. Esta ênfase na morte tão comum em nosso jornalismo de rotina segue, porém, a lógica de produção da notícia no mundo ocidental.

1.2. A morte em destaque: quando as emoções dominam a pauta

Com nos lembra Morin (2000), os jornais modernos do mundo ocidental valorizam a tragédia vivida incrustada na fatalidade. É assim que as matérias informativas privilegiadas são aquelas que provocam no imaginário do público sentimentos afetivos. “Em outras palavras, a cultura de massa extravasa o imaginário e ganha a informação” (Morin, 2000: 98). Esse autor destaca que a partir de 1930, com o advento da cultura de massa, determinados esquemas e temas foram sendo introduzidos no setor informativo, com o objetivo de triunfarem no imaginário das pessoas. No caso em questão, a morte.

(...) a fatalidade se abate sobre vítimas inocentes; a morte se apropria cegamente dos bons como dos maus. Em certo sentido, o sensacionalismo ressuscita a tragédia que desapareceu no imaginário. Como a tragédia, o sensacionalismo vai até ao extremo da morte ou da mutilação, com a lógica irreparável da fatalidade. Transcreve as paradas e os jogos do destino (Morin, 2000: 115).

Morin enfatiza ainda que o sentimento de morte é atenuado na vida cotidiana justamente pelo consumo dos periódicos, em que o sensacionalismo é consumado, não segundo o rito cerimonial da tragédia, mas, nas palavras do próprio autor, *à mesa, no metrô, com café com leite*. O leitor, desta forma, exteriorizaria a tragédia real da própria vida também por meio das leituras de notícias consideradas sensacionalistas. É nesse sentido que a catarse é digerida no cotidiano. O grande tema de sacrifício, ‘eles morrem em seu lugar’, se atenua num ‘são os outros que morrem, e não eu’ (Morin, 2000: 115).

Assim os acontecimentos trabalhados no campo jornalístico são apresentados como estruturas teatrais voltadas para a produção de efeitos no ânimo dos espectadores: raiva, indignação, surpresa, comoção, angústia ou riso. Destarte, a notícia é entendida como uma encenação que pretende realizar uma produção emocional nos leitores que nas palavras de Gomes (1995) se define como um conjunto de estratégias de construção, agenciamento e organização capaz de prever e solicitar na recepção o efeito poético específico de cada gênero de representação - o terror, a piedade para a tragédia e o riso para a comédia.



Nesta perspectiva Lippmann *apud* Silva (1998) nos lembra que não há padrões objetivos nem neutros nas notícias, e sim convenções, pois o que interessa é provocar sentimentos de identificação do leitor com a história. Deste ponto de vista, a notícia possui uma relação direta com o público que se estabelece na forma como ela é estruturada, indicando uma intenção de idéias, e não algo propriamente revelado como uma verdade simplesmente dada, neutra e imparcial.

Portanto, as notícias, por estarem dentro de um mesmo padrão de produção, praticamente não se diferenciam ao reportar o acontecimento sobre os Sem-Teto. Os relatos veiculados pelo *O Povo* e *Diário do Nordeste* enfatizam muito mais a questão da morte dos Sem-Teto e os feridos no conflito, do que, por exemplo, a problemática da moradia. Este viés remete ao fato de que tanto o *Diário do Nordeste* como *O Povo* estão inseridos nos grandes meios de comunicação de massa, reproduzindo o discurso das grandes agências de notícias, reprodutoras, elas mesmas, do que Habermas (1984) chama de razão dominante.

O Povo e o *Diário do Nordeste* possuem como fontes oficiais de notícias, a *Agência Estado (AE)*, em âmbito nacional, e a *Agence France-Press (AFP)*, internacionalmente. Estes impressos, pois, ao reproduzirem fielmente os discursos das grandes agências, legitima-os como verdadeiros. Tal dependência das agências de notícias ratifica uma pauta recíproca (Barros e Bertolozzi, 2001) que se fundamenta nas coincidências temáticas da grande mídia condicionada pela sujeição às mesmas fontes de notícia: as agências. Esta pauta recíproca garante uma aparência de objetividade às notícias, permitindo aos meios canalizar um só fluxo de opinião, impondo-o como dominante. Este foi o caso da cobertura noticiosa no Ceará do caso dos Sem-Teto.

1.2. A linguagem jornalística como pretensão de verdade no Caso Sem-Teto

Esta abordagem relativamente homogênea do *Caso Sem-Teto* indicaria uma aparência de objetividade e de verdade, sustentada também por meio de regras específicas da própria linguagem jornalística como pretensão de verdade.

Para funcionar jornalisticamente, uma notícia precisa ser trabalhada e retrabalhada muitas vezes, até chegar a um nível desejável de objetividade. A compreensão de qualquer matéria é condição indispensável à sua publicação. Frases herméticas, períodos longos e cheios de adjetivos ou com palavras inusitadas devem ser sistematicamente evitados (Erbolato, 1991: 107).

Medel (2002) indica que, no caso do discurso jornalístico, deve ser dominante a função referencial, visto que articula sua funcionalidade informativa e sua vontade de construir discursos baseados em fatos reais, que correspondam a acontecimentos extradiscursivos. Na mesma perspectiva, Amaral (1997) diz que o estilo jornalístico se caracteriza por ser claro, direto, conciso, fácil e acessível a qualquer leitor, requerendo o mínimo de palavras e o máximo de explicação, correção, compreensão e exatidão.

Amaral indica noções gerais de uma boa redação, como, por exemplo, o uso de frases breves e não rebuscadas (captadas com maior rapidez, economizando espaço e tempo); o uso do vocábulo usual; o uso do estilo direto de frase (sujeito, verbo e complemento) - indicando clareza na informação e o uso do verbo na voz ativa (que prenderia a atenção e o interesse do leitor até o fim do texto, proporcionando maior ênfase à frase). No entanto, esta produção textual acarreta problemas. Como afirma Gomes (1995), textos jornalísticos curtos, em ritmos argumentativos cada vez mais lineares, em percursos de exposição conhecidos e lineares e sobretudo com o máximo de beleza plástica (tudo que se chama de dinamismo ou agilidade do texto) é a propriedade de um texto de não solicitar agilidade ou dinamismo de seu fruidor. Nessa perspectiva, seria possível contar a verdade dos fatos em si, por meio da linguagem, em especial a jornalística?

Para o jornalismo, a linguagem funciona como mediadora entre o repórter e o mundo. Mas se a linguagem jornalística possui suas regras específicas e racionalizadas, com o propósito de abranger o maior número possível de leitores, de ser algo acessível e vendável a todos, como falar então de verdades reveladas, tal qual orienta o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros? Nesse sentido, Nietzsche (2001) nos traz algumas questões pertinentes. Para este filósofo, as convenções da linguagem não podem ser pensadas nem como testemunha dos acontecimentos, nem como sentidos de verdade, não existe, portanto, linguagem que se adegue a todas as realidades. No entanto, revelar verdades, num viés positivista clássico, significa mostrar aquilo que supostamente é em estado bruto, independente de vontades. Ora, nada garante que esse suposto esclarecimento revelado pelos periódicos seja óbvio nem verdadeiro.

Em suma, se o *Diário do Nordeste* publicou a notícia referente ao *Caso Sem-Teto* apenas no dia 17 de fevereiro, e *O Povo* em 17, 18, 19 e 21 de fevereiro, não significa dizer que um jornal foi mais verdadeiro que o outro ou que a verdade foi revelada justamente em tais dias. Isto seria o mesmo que acreditar que a verdade em si



noticiada pelo *O Povo*, por exemplo, no dia 17, possui exatamente 45 linhas ou no caso do *Diário do Nordeste* 32 linhas. Os jornais, como difusores da informação, possuem interesses políticos e econômicos, critérios de relevância e julgamentos de valor que determinam o que será notícia. Os jornais não propriamente revelam verdades ou relatam a realidade tal qual ela é, mas sim constroem significados, em que tais discursos são legitimados como verdadeiros ou não de acordo com os vários interesses dos diversos grupos em disputa na sociedade.

Desta forma, os critérios de verdade, numa sociedade dividida em classes sociais, estão sempre ligados a certas forças que detêm o poder e que impõem uma interpretação particular própria como se fosse universal. Assim, qualquer verdade sempre traduz a relação dos homens com o mundo. É nesta perspectiva que Nietzsche (2001) se aplica neste raciocínio quando define a verdade como uma multiplicidade incessante de metáforas e de metonímias. Em síntese, uma soma das relações humanas que se determinam historicamente.

Na mesma perspectiva, Deleuze (1976) afirma que a verdade como conceito é indeterminada. Tudo depende do valor e do sentido do que pensamos. O pensamento nunca pensa por si mesmo. Para Deleuze temos sempre as verdades que merecemos em função do sentido daquilo que concebemos. E aquilo que concebemos se esconde obviamente nos vieses ideológicos que condicionam o pensamento. Desta forma os relatos jornalísticos são interpretações possíveis de um mundo complexo e dinâmico, mas que não excluem outras possibilidades de verificação da realidade. São apenas, num primeiro momento, visões de um real que, dependendo dos interesses das classes sociais, das culturas, dos grupos políticos e das organizações em geral, podem ser elevadas a postulados explicativos maiores ou como a filósofa Hannah Arendt (2003) conceitua, “ao solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós” (p. 325). Ou seja, ao estatuto da verdade, bem como sua completa e radical negação: a mentira.

Considerando-se que as verdades dos jornais são construções de discursos, do que propriamente revelações, o seu oposto, a mentira, também funciona nas mesmas bases que a verdade, tendo igualmente diversas angulações. Como nos lembra Montaigne (apud Arendt, 2003), se a falsidade como a verdade tivesse uma face, saberíamos melhor onde estamos, pois, tomaríamos por certo o contrário do que o mentiroso nos dissesse. No entanto, o reverso da verdade tem mil formas e um campo ilimitado. Conseqüentemente, o texto jornalístico acabado é tão somente uma



interpretação dentre várias possíveis em construções textuais diversas. Diante disso, Elhajji (2002) afirma que o texto jornalístico, no seu nível formal de unidade acabada, é fruto de um conjunto de técnicas retóricas de enunciação, relação e síntese, que permite a reelaboração dos fatos observados, deduzidos ou interpretados, como igualmente sua codificação e moldagem no quadro escritural que conhecemos.

Para o autor, a superfície do texto final, que pretende ser definitiva e irretocável, tal qual existisse imemoravelmente ou equivalesse universalmente ao real, é uma infinita espiral discursiva que sempre nos remete a nós mesmos, a nosso momento histórico e a nosso lugar social. É assim, como observado na cobertura jornalística sobre a ocupação dos sem-teto, o texto jornalístico embasado em técnicas de observação, descrição e interpretação institucionalmente elaboradas, paradigmaticamente aceitas e consagradas por tradições e políticas a partir do ponto de vista sócio-político-cultural do profissional descarta de antemão qualquer ilusão de objetividade, neutralidade, imparcialidade e neutralidade.

Arendt (2003) complementa este pensamento explicando que a verdade de um fato diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos, sendo estabelecida por testemunhas e dependente de comprovação. A verdade no jornalismo existiria, portanto, na medida em que se falasse sobre ela, tendo a participação de determinados sujeitos, e não de outros, na sua construção. Estes sujeitos estão circunscritos a um determinado jogo de forças que se estabelece no interior mesmo do que chamamos de sociedade capitalista.

1.3 As vozes oficiais das notícias: a verdade e sua relação com o Estado capitalista

Autores como Silva (1998) argumentam que a maior parte do que se publica nos jornais é fruto do testemunho de pessoas que são protagonistas das histórias ou presenciaram o acontecimento. A notícia, portanto, é construída com base, principalmente, em testemunhos ou apreciação de pessoas que participam dos fatos, eis porque aparecem sempre entre aspas. Nesse sentido, o discurso jornalístico não pertence ao jornalista mas ao protagonista social ao qual faz referência.

Desse modo, a idéia difundida no jornalismo de escutar as diversas vozes envolvidas no conflito não garante imparcialidade ou neutralidade. Há necessariamente uma seleção de trechos a serem colocados na notícia, em que nem sempre se ouve com rigor ou na íntegra todos os lados envolvidos no acontecimento, mas apenas alguns



participantes do evento que são selecionados de acordo com critérios historicamente constituídos. É neste sentido que Duarte Rodrigues (1999) vai defender a idéia de que o campo jornalístico não possui autonomia própria, sendo uma produção firmada a partir de agentes que atuam em outros campos como o da política, o da economia e o da cultura. Tal campo se funda, assim, como o espaço público que fornece transparência a outros campos sociais e só sobrevive graças a estes.

Na notícia veiculada em 17 de fevereiro pelo *Diário do Nordeste*, este aspecto é abordado da seguinte maneira:

O **ministro** considerou a situação grave. O **governador Marconi Perillo** havia garantido que tomaria providências para evitar o uso da violência no local. O **tenente-coronel da PM Carlos Antônio Elias**, comandante da operação, afirmou que os policiais não utilizaram munição letal. “Nós encontramos uma resistência considerável por parte deles, que traziam paus, pedras e armas de fogo”, disse. “Foi um evento de proporção, que utilizou um grande aparato de logística de pessoal e que a Polícia Militar se manteve equilibrada, profissionalmente colocada na área, realizou um planejamento bastante minucioso, com todos os detalhes” disse o **tenente-coronel** (*Diário do Nordeste*, 17 de fevereiro de 2005).

No *O Povo* do dia 17, as vozes envolvidas no conflito são retratadas assim:

A **Polícia Militar** precisou de três horas para tirar do terreno, ocupado havia nove meses, 2862 famílias de sem-teto, segundo o **governo do Estado**, ou quatro mil, segundo os **líderes dos invasores**. (...) “Os dois mortos foram atingidos na região do tórax por arma de fogo”, disse o **diretor do Hospital de Urgências de Goiânia, o médico Luciano Sardinha** (*O Povo*, 17 de fevereiro de 2005).

Portanto, no processo de construção das notícias, são eleitas poucas vozes num universo amplo de possibilidades, seguindo, deste modo, critérios de relevância e porque não dizer ideológicos, que determinam a escolha dos protagonistas do acontecimento bem como a ordem dos eventos expostos. Aqui a prioridade é para a fala dos representantes do Estado, os dois veículos. O jornal *O Povo* deu mais destaque ao acontecimento, pautando-o por quatro dias. O *Diário do Nordeste*, por sua vez, divulgou o conflito apenas no dia 17. No *O Povo* do dia 17 é mostrado um depoimento de alguns representantes dos Sem-Teto, no que diz respeito à informação que difere sobre o número de famílias presentes na ocupação.

A Polícia Militar precisou de três horas para tirar do terreno, ocupado havia nove meses, as 2.862 famílias de sem-teto, **segundo o governo**



do Estado, ou quatro mil, **segundo os líderes dos invasores** (O Povo, 17 de fevereiro de 2005).

Nas notícias, os Sem-Teto não têm um rosto ou uma identidade. Quando algum integrante seu é colocado no texto, aparece identificado apenas como “*líder dos invasores*”. A notícia do dia 17 do *O Povo* enfatiza, por exemplo, que a Polícia Militar precisou de três horas para tirar do terreno os Sem-Teto. Assim, estes são retratados como foras da lei, numa atitude ameaçadora que justificaria a ação dos policiais como força protetora do Estado, da ordem, da lei, da propriedade privada e da sociedade civil. Em suma, as notícias não dão voz aos Sem Teto, quem são na realidade, os nomes de seus membros ou suas versões sobre o acontecimento, mas tão somente o depoimento de representantes do Estado capitalista, fonte oficial e, portanto, mais supostamente verdadeira, pois representaria instituições reconhecidas e legitimadas por este mesmo Estado.

Esses representantes, de acordo com Gramsci (2004), são os chamados intelectuais orgânicos: funcionários pensantes, trabalhadores culturais ou educacionais de uma classe dominante que tentam manter ideologicamente a sua hegemonia e legitimação social e política.

Todas as classes sociais, vindo a existir sobre a base original de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria consigo, organicamente, um ou mais grupos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência das suas funções não apenas no campo econômico, mas também nos campos social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o economista político, o organizador de uma nova cultura, de uma nova lei, etc (Gramsci *apud* Mayo, 2004: 42).

O que há, em realidade, é a verdade oficial de uma minoria, apresentada como se estivesse a serviço do bem comum, da justiça, da ordem, da lei, da paz e da segurança, existindo, inclusive, uma contradição que vai de encontro a um dos princípios básicos do jornalismo: ouvir todos os lados envolvidos num acontecimento. Além disso, o jornalismo utiliza a narração em terceira pessoa, no sentido de preservar o texto na sua objetividade e no verdadeiro em si. A terceira pessoa garantiria formalmente a impessoalidade do discurso, pois o “peso dado ao referente externo cria a ilusão de uma autonomia, de uma existência independente da linguagem” (Baccegga *apud* Sato, 2002: 31). Com a objetividade do texto, supostamente desapareceria a distinção entre aparência e realidade, fato e agente, substância e atributo etc.

(...) se o discurso impessoal produz uma impressão de sério, de objetividade e de neutralidade, na verdade, é o quadro perfeito para a manifestação de todo tipo de ideário doutrinário e dogmático, pois, por seu modo enunciativo frio e sistemático, ele limita as possibilidades interpretativas do leitor e lhe dita uma visão do mundo único e unidirecional. (Elhojji, 2002: 129).

A enunciação em primeira pessoa, ao contrário, reconhece a sua subjetividade, como uma reivindicação da autonomia do olhar. Esta enunciação está acompanhada pela seleção e uso de palavras que dão irremediavelmente as conotações ideológicas.

1. 4 Os vocábulos e as formações ideológicas

Um aspecto em especial que se observa nos textos é a ação dos Sem-Teto retratada como uma invasão, e não como uma ocupação, por exemplo.

Pneus foram queimados nos 12 principais acessos da **invasão** para tentar evitar a entrada na polícia no local. A principal avenida próxima à **invasão** foi evacuada cedo pela polícia. (...) Por volta de 1h30min, carros sem identificação da polícia dispararam tiros e foguetes contra a área **invadida**. O primeiro confronto foi na sexta-feira, quando um grupo de **invasores** ameaçava incendiar um posto de gasolina às margens da BR-060. (...) Quase duas mil casas de alvenaria já foram erguidas na área **invadida**, chamada pelos posseiros de “Sonho Real” (Diário do Nordeste, 17 de fevereiro de 2005).

Um dos significados da palavra **invasão**, segundo o Dicionário Aurélio⁴, é “local ocupado ilegalmente por habitações populares”. Ou seja, o próprio significado do termo **invasão** carrega a idéia de propriedade privada, portanto, o termo em si já remete a um ato ilegal. No *O Povo* do dia 17, este aspecto é mostrado da seguinte forma:

A polícia precisou de três horas para tirar do terreno, ocupado havia nove meses, as 2.862 famílias de sem-teto, segundo o governo do Estado, ou quatro mil, segundo os líderes dos **invasores**. (...) Com uma retroescavadeira, demoliram um muro nos fundos do terreno e surpreenderam os **invasores**, que esperavam um ataque frontal (*O Povo*, 17 de fevereiro de 2005).

Nesse texto, uma afirmação denuncia o sentido da divisão de classes, da luta, da divergência, do lugar onde está um e outro: “(...) *surpreenderam os invasores que esperavam um ataque frontal*”. Segundo Thompson (1998), a escolha das palavras e o estilo de escrita estão sempre inseridos em contextos sociais específicos. Desta

⁴ Dicionário Aurélio – Século XXI: versão eletrônica.



maneira, as formas simbólicas são freqüentemente aplaudidas ou contestadas pelos indivíduos que as produzem e recebem. Se as formas simbólicas⁵ estão inseridas em contextos e processos sócio-históricos, há, então, sempre um aspecto intencional nas mensagens, certos objetivos e propósitos em todo ato de comunicar. Nesse sentido, as formas simbólicas, em contextos sócio-históricos, podem sustentar relações de dominação, como também funcionam no sentido de uma contra-verdade em relação ao discurso oficial dos *mass media*. No caso em questão, todo o sistema simbólico nas notícias ajuda a reproduzir a ordem social, servindo aos interesses dos grupos dominantes. No *O Povo* do dia 18, o relato é mostrado nesta perspectiva:

Os policiais estavam no local para tentar prender um dos líderes da **invasão** do Parque Oeste Industrial. (...) os agentes teriam se deslocado até o local para cumprir um mandado de prisão contra Paulo Sérgio Alves, um dos líderes da **invasão** (*O Povo*, 18 de fevereiro de 2005).

No dia 21, este aspecto é reportado neste sentido:

Menos de uma semana depois da morte de dois sem-teto em conflito com a Polícia Militar numa ação de reintegração de posse de uma **área particular invadida**. (...) A **invasão** do Parque Oeste Industrial pelos sem-teto começou em maio de 2004, e cerca de 4 mil familiares moravam no local (*O Povo*, 21 de fevereiro de 2005).

É relevante enfatizar que, antes do acontecimento virar notícia, o jornalista constrói o fato, não no sentido de forjar um acontecimento, mas sim quando entende e nomeia as ações de uma forma, e não de outra. Portanto, é possível noticiar a partir de determinados valores que “*os Sem-Teto invadiram uma área*”, ou, por mais contraditório que seja, mas não menos verdadeiro, que “*os Sem Teto ocuparam uma área*”. Esta escrita, como bem nos lembra Sartre (1972) está diretamente ligada a uma concepção de mundo, que influencia na estrutura das frases, dos parágrafos, no uso de um substantivo ou de um verbo que traduzem, por sua vez, pressuposições secretas. Usar o termo **invasor** ou **invasão**, ao invés de **ocupante** ou **ocupação**, oculta questões ideológicas que determinam a escolha das palavras na descrição do objeto.

(...) cada vocábulo traz consigo a significação profunda que a época inteira lhe emprestou; desde que o ideólogo fala, ele diz outra coisa e mais do que quer dizer, a época lhe rouba seu pensamento; ele bordej

⁵ Thompson usa a terminologia “formas simbólicas” quando se refere a uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações e gestos até manifestações verbais e textos.

sem cessar e fundo, foi tomado pela mistificação das palavras (Sartre, 1972: 95).

Para Mello (2000), as significações e os conceitos com os quais os homens refletem e retratam a realidade objetiva não são criados apenas pelos indivíduos, mas sim apropriados por eles no processo de suas existências e atividades sociais. Nesta concepção, a consciência constitui-se como reflexo da realidade retratada através das significações e dos conceitos lingüísticos que são socialmente construídos. Portanto, a palavra ou o conceito fixam os conhecimentos socialmente consolidados sobre o objeto, influenciando os modos de perceber, entender e organizar a realidade. Neste caso, as notícias que descrevem a ação dos Sem-Teto como **invasão**, estão imersas num sistema ideológico que considera a propriedade privada algo legal e de direito. Qualquer pensamento discordante está fora dessa legalidade, portanto, passível de punição.

Todavia para Marx (2000), por exemplo, toda acumulação capitalista não é legítima, haja vista que se trata de algo conseguido por meio da exploração (mais-valia) de uma minoria (burguesia) para com a maioria (proletariado).

Assim, a noção de propriedade privada e sua conseqüente violação (invasão) faz sentido apenas como categorias pertencentes ao capitalismo, mas nunca como natureza existente por si só ou essencialmente verdadeira. Marx analisa que o problema da moradia está ligado diretamente à lei geral da acumulação capitalista⁶ que corresponderia antagonicamente à acumulação da miséria: “(...) quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores” (Marx *apud* Benoit, 2000: 157). Esta é uma questão estrutural do modo de produção capitalista, pois a problemática da moradia seria inseparável da luta pela revolução social, e não apenas algo reformista dentro do próprio sistema, como a conquista da casa própria. Se é possível conceber a notícia por outro viés não necessariamente verdadeiro ou falso, mas possuidor, nas palavras de Arendt, de múltiplas faces, então, o jornalismo como prática social orientada pela objetividade, neutralidade e parcialidade se faz cada dia mais frágil.

1.5 Considerando tudo isso....

Assumir que a verdade jornalística e seus discursos são parciais não significa diminuir seu valor diante de supostas verdades reveladas por si só, tidas como

⁶ Marx (1985) exemplifica longamente o problema da moradia da classe trabalhadora inglesa no primeiro livro de “*O Capital*”, mais detalhadamente no capítulo XXIII, “*A lei geral da acumulação capitalista*”, que seve como base para uma análise sociológica da problemática da moradia.



a priori, nem significa negar a possibilidade de conhecimento da realidade. Significa, acima de tudo, dizer que essa busca pela verdade dos fatos enfatizada no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é mais uma construção de discurso, de um sentido de verdade, do que um simples apanhado ou reflexo da realidade. O jornalista não é um indivíduo que apenas percebe o mundo, e sim alguém que pinta paisagens antes mesmo de contemplá-las. Ele atua e influencia no real, que não é neutro, ao mesmo tempo em que sua subjetividade é também influenciada por esta mesma realidade, porque o jornalista é um ser que está e faz parte do mundo.

Assim, através das análises das notícias estudadas, podemos perceber que há várias perspectivas a respeito de um mesmo acontecimento, e que a construção das notícias e discursos passa principalmente pelo crivo ideológico das classes sociais e grupos em disputa na sociedade, não havendo, portanto, uma única verdade que *a priori* se encontre acima dos governos, dos Sem-Teto, dos jornalistas, dos meios de comunicação ou dos leitores. Todos estes grupos participam da construção de seus respectivos discursos e os legitimam como efetivamente verdadeiros ou não, segundo seus interesses, que nunca estão separados da base material da vida. O jornalismo, atividade nascida da própria sociedade e dos homens que a constituem, não poderia jamais estar fora desse processo, seja na manutenção ou na transformação da ordem vigente.

Por conseguinte, ao contrário do que se costuma afirmar por aí, o jornalismo não é uma espécie de quarto poder. Ele, por se encontrar interligado com as diversas outras instâncias da vida, não se encontra isolado. Representa tanto a conservação do poder maior, através dos grandes meios de comunicação de massa, como também funciona, por meio das contradições existentes no próprio sistema, tal qual uma reação a este mesmo poder, através das agências, *sites* e veículos alternativos (sujeitos do devir). As notícias e discursos jornalísticos possuem, portanto, mais raízes humanas do que se possa imaginar ou do que rezam as teorias.

BIBLIOGRAFIA:

- ALBUQUERQUE, A. Manipulação Editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política IN: RUBIM, A.A.; BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J (orgs). **Produção e Recepção dos sentidos midiáticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.
- AMARAL, Luiz. **Jornalismo: matéria de primeira página**. 5.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- ARENT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.



- BARROS FILHO, Clóvis; BORTOLOZZI, Pedro Lozano. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo, Editora Moderna, 2001.
- BENOIT, Hector. In: JR, Armando Boito; TOLEDO, Caio Navarro de. **Crítica Marxista. A luta popular pela moradia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- ELHAJJI, Mohammed. In: PAIVA, Raquel. **Ética, Cidadania e Imprensa. Por um jornalismo auto-reflexivo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1991.
- GOMES, Wilson. **Theatrum Políticum IN: BRAGA, J.L; PORTO, S.D; FAUSTO NETO, A (orgs). A encenação dos sentidos**, São Paulo: Diadorim, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MEDEL, Manuel Angel Vázquez. In CASTRO, Gustavo de.GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra. Discurso literário e discurso jornalístico**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- MELLO, Suely Amaral. **Linguagem, consciência e alienação: o óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: Neurose**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O livro do filósofo**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação**, Lisboa, Presença, 1990
- SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. 3.ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1972.
- SATO, Nanami. In: CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex. **Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra. Jornalismo, literatura e representação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- SILVA, Marconi Oliveira da. **O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: a notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1998.